

Mensagem conclama Congresso a lutar contra inflação

BRASÍLIA — Na mensagem que envia hoje ao Congresso para a abertura dos trabalhos legislativos, o Presidente José Sarney faz um apelo aos parlamentares para a aprovação do decreto-lei, baixado ontem, instituindo o programa de estabilização da economia. O Presidente explicará que o Governo adotou o programa antiinflacionário como medida de "segurança econômica" a fim de sanear a economia do País.

"Ao justificar a utilização do decreto-lei, um recurso que o Presidente disse no início do Governo que não usaria, afirmará que o decreto-lei só será baixado em ocasiões excepcionais.

O número de decretos-leis baixado até agora pelo Presidente ainda é inexpressivo em relação aos Governos anteriores. Sarney afirmou, diversas vezes, que sua determinação seria ouvir as lideranças partidárias e devolver ao Congresso o direito de legislar. A mensagem do Presidente, a ser lida hoje pelo Senador Enéas Faria (PMDB-PR) está dividida

em três partes: o histórico da situação que encontrou quando assumiu o Governo e as medidas de austeridade tomadas; o desenvolvimento da economia, ressaltando a opção pelos pobres e os programas sociais; e a importância da Constituinte nas mudanças do País.

O Presidente afirma que a Assembléia Nacional Constituinte marcará a entrada do Brasil em novos tempos, pedindo também a colaboração de todos os políticos para a modernização do País. Sarney, segundo informou o Secretário de Imprensa, Fernando César Mesquita, vai pregar a revolução tecnológica com vistas à modernização.

Sarney não deixará de ressaltar os compromissos assumidos pela Aliança Democrática, afirmando que estão sendo cumpridos pelo Governo. A mensagem tem dez páginas e será entregue ao Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, pelo Chefe do Gabinete Civil, Ministro Marco Maciel. A mensagem preliminar, que estava elaborada há duas semanas, tinha 35 páginas.

Na reabertura, Legislativo decide questões eleitorais

BRASÍLIA — O Congresso reabre hoje sob o impacto do programa de estabilização econômica do Governo, que por si só praticamente exclui da pauta grande parte dos projetos sobre salários e assuntos correlatos. O centro da discussão, parlamentar mais uma vez, será os de temas econômicos, mas as decisões previstas versam sobre matérias partidárias e eleitorais, com vistas principalmente ao pleito de 15 de novembro para a Constituinte e Governos de Estados.

Um dos temas mais polêmicos — e que dividiu a Aliança Democrática no ano passado, quando da regulamentação das eleições municipais — deverá ser o sistema de dois turnos para as eleições de Governadores. O próprio Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, promete esgotar todos os meios para tentar aprovar os dois turnos.

Acertos preliminares com líderes partidários indicam que a Mesa da Câmara dará prioridade ao projeto de restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo, elaborado por uma comissão interpartidária, e

também à reforma da lei orgânica dos partidos Políticos. Outro assunto de grande polêmica, por encontrar restrições no Senado, é o fim da sublegenda, que está sendo negociado com o fim da candidatura nata. Pela legislação atual, cada partido pode ter até seis candidatos ao Senado.

O recente incêndio no edifício Andorinha, no Rio, reabre as discussões sobre segurança nos edifícios. O PDS já tem pronto projeto que aperfeiçoa mensagem enviada pelo Presidente Médici no fim de seu Governo, em 1974, logo após o incêndio no edifício Joelma, em São Paulo.

Fora das atividades legislativas, o Congresso será palco de discussões políticas: o PMDB deverá tomar todo o espaço extraplenário com as reuniões de bancada, diretório, convenção nacional e Congresso para difundir a renovação de seu programa partidário. Paralelamente, os articuladores da chamada Frente Progressista, que pretende coordenar a ação política de grupos do PMDB e do PDT, sob a liderança do Governador Leonel Brizola, deverão avançar sobre os partidos, retirando

o pouco da liderança que os líderes oficiais exercem.

Por ser um ano tipicamente eleitoral, o recesso parlamentar de julho deverá ser, na prática, antecipado para a deflagração das campanhas.

A Assembléia Nacional Constituinte, mesmo já tendo sido aprovada pelo Congresso, será um dos temas discutidos, principalmente no que se relaciona ao funcionamento simultâneo da Constituinte, da Câmara, do Senado e do próprio Congresso.

Conforme a tradição, a sessão de abertura do ano legislativo, às 10 horas, não terá oradores, sendo reservada apenas à leitura da mensagem presidencial.

A cerimônia começará com a revista às tropas do Exército, perfiladas à frente da entrada principal do edifício do Congresso, pelo Presidente do Senado, José Fragelli. No plenário da Câmara, estarão presentes, além de Deputados e Senadores, os Ministros de Estado, o Corpo Diplomático, autoridades eclesiásticas e o Governador do Distrito Federal, José Aparecido.

Oposição aponta uma falha: omissão da dívida externa

BRASÍLIA — Os Líderes de Oposição — Nadyr Rossetti, do PDT, Amaral Neto, do PDS, e Gastone Righi, do PTB — apontaram ontem uma falha que consideram fundamental nas medidas econômicas do Governo: a inexistência de uma proposta concreta para a renegociação da dívida externa. Eles abordaram o assunto com cautela, alegando que ainda não estudaram com profundidade o assunto.

Lamentaram, no entan-

to, que o Governo tenha lançado mão de uma fórmula autoritária — o decreto-lei — para fazer as mudanças. Com isso, segundo eles, os parlamentares só podem fazer uma coisa: ficar contra ou a favor do projeto, sem nada influir.

Rossetti disse que a disposição de congelar os preços é duvidosa, citando o artigo 36 do decreto, segundo o qual o congelamento pode ser suspenso a qualquer momento.